REVISTA
PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Josiane Kunzler
Museu de Astronomia e Ciências Afins
josianekunzler@mast.br

Diego Vaz Bevilaqua
Fundação Oswaldo Cruz
diego.bevilaqua@fiocruz.br

Marielle Costa Gonçalves
Instituto Brasileiro de Museus
mariellecg@gmail.com

Bruno Fiedler de Oliveira
Museu de Astronomia e Ciências Afins
brunooliveira@mast.br

A DIMENSÃO EDUCATIVA DA 'CARTA BRASILEIRA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS': REFLEXÕES A PARTIR DA EDUCAÇÃO MUSEAL

Resumo
Os museus têm assumido um lugar de destaque no agenciamento do tema das mudanças climáticas e dois elementos surgem como centrais nesse processo: o patrimônio e a Educação Museal. A Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas, publicada em 2025, é um documento político que organiza e relaciona conceitos relativos ao Patrimônio e Mudanças Climáticas, estabelece os impactos e riscos associados ao Patrimônio e comunidades vulnerabilizadas e propõe um plano de ação para mitigá-los. A Educação configura entre diversas das possibilidades de abordagem e este artigo se debruça sobre os sentidos e usos educativos atribuídos, com destaque para Educação Museal, contribuindo com a atuação do campo. A partir dos termos "educação", "educativo" e "educacional", além de outros que surgiram de leitura livre, foram identificadas as seguintes categorias: papel da Educação, organização da Educação, fazer Educação, demandas da Educação, educação não institucionalizada e fazer a Carta. Também foram encontradas convergências com a Política Educacional de Educação Museal e com a Pesquisa Educação Museal Brasil, que indicam a Carta como um documento técnico-normativo, mas também instrumento pedagógico que propõe e reafirma novas relações entre memória, patrimônio, território, modos de vida e construção de futuros.

Palavras-chave: museus; patrimônio cultural; educação museal; memória; mudanças climáticas.

THE EDUCATIONAL DIMENSION OF THE 'BRAZILIAN CHARTER OF CULTURAL HERITAGE AND CLIMATE CHANGE': INSIGHTS FROM MUSEUM EDUCATION

Abstract
Museums have assumed a prominent place in the agency of the theme of climate change and two elements appear as central in this process: cultural heritage and museum education. The Brazilian Charter on Cultural Heritage and Climate Change, published in 2025, is a political document that organizes and lists concepts related to heritage and climate change, establishes the impacts and risks associated with the heritage and vulnerable communities and proposes an action plan to mitigate them. Education configures among several of the possibilities of approach and this article focuses on the meanings and educational uses attributed, with emphasis on museum education, contributing to the performance of the field. Based on the terms "education", "educational" and "educational", in addition to others that emerged from free reading, the following categories were identified: role of education, organization of education, doing education, demands of education, non-institutionalized education and making the letter. Convergences were also found with the Educational Educational Policy Museum and with the Research Education Museum Brazil, which indicate the Charter as a technical-normative document, but also a pedagogical tool that proposes and reaffirms new relationships between memory, heritage, territory, ways of life and construction of futures.

Keywords: museums; cultural heritage; museum education; memory; climate change.

DOI: https://doi.org/10.5016/pem.v22.4255

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License

MUSEUS E A PAUTA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os museus têm assumido uma grande responsabilidade no contexto das mudanças climáticas. Nas últimas décadas, essas instituições protagonizaram uma transição entre atuações pontuais e dispersas (SUTTON, 2020), para uma rede que busca agenciar o tema e engajar seus públicos de forma integrada, tendo potencial para assumir um lugar de centralidade nos debates (CAMERON; HODGE; SALAZAR, 2013; HAMILTON; RONNING, 2020). No Brasil, cita-se a atuação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2025, ao pautar a 19ª Primavera dos Museus com o tema "Museus e Mudanças Climáticas", enquanto internacionalmente já são encontradas diferentes congregações de instituições preocupadas como o tema, como a *Museums of Climate Change Network* (MCCN) e a *Climate Heritage Network* (CHN). Além disso, emergiram nas últimas décadas os chamados "museus do clima", entendidos por Jenny Newell como "centros pioneiros dedicados a apoiar e inspirar o público a aprender sobre, compreender e a reunir ferramentas para agir em relação às mudanças climáticas" (NEWELL, 2010, p.599, tradução nossa).

Embora a conservação ambiental já seja uma pauta de longa data dos museus de ciências e história natural, é mais recente o foco específico nas mudanças climáticas não só nos museus dessa tipologia, mas também nos de arte e de história (LEGGETT; LABRADOR, 2023). Segundo Muniz e Saladino (2021), essa é uma pauta que nos museus ecoa as reflexões a partir da Mesa Redonda de Santiago, realizada em 1972, dentro do conceito de museu integral, que aprofunda a ideia da função social dos museus e seu papel na resolução dos grandes desafios da humanidade. Segundo o preâmbulo às resoluções aprovadas durante o encontro:

> O museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante, e que traz consigo os elementos que lhe permitem participar da formação da consciência das comunidades que atende. Por meio dessa consciência, os museus podem incentivá-las a agir, situando suas atividades em um contexto histórico para ajudar a identificar problemas contemporâneos; ou seja, ligando o passado ao presente, comprometendo-se com mudanças estruturais em curso e provocando outras mudanças dentro de suas respectivas realidades nacionais (JUNIOR; TRAMPE; SANTOS, 2012, p. 116).

Cabe lembrar que a própria Mesa Redonda de Santiago acontece dentro dos eventos preparatórios realizados pela UNESCO para I Conferência das

Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em junho de 1972 (SCHEINER, 2012).

De acordo com pesquisa realizada pela *Network of European Museum Organisations* (NEMO), respondida por 578 museus de 38 países europeus, entre abril e junho de 2022, 80% das instituições adotam as mudanças climáticas e a sustentabilidade como importantes tópicos estratégicos e 70% oferecem ações e programas para o público sobre esse tema (NEMO, 2022). Por outro lado, em pesquisa realizada por Muniz e Saladino (2021) com museus do Estado do Rio de Janeiro, das 15 instituições pesquisadas, menos da metade possui Programa Socioambiental vinculado ao seu Plano Museológico em execução. De fato, esse é um tema em que é preciso considerar que existe uma enorme disparidade entre a realidade e as perspectivas sobre o tema entre o Norte e o Sul Global.

No que tange a exposições, Melo (2022) demonstrou uma baixa representatividade dos museus num levantamento que reuniu 165 exposições sobre as mudanças climáticas, em 33 países, entre os anos de 1992 e 2018. De acordo com a autora, somente 37 delas se dão em museus, revelando que essas instituições se situam num contexto bem maior de entidades que expõem o tema. Mas, sobretudo, esse cenário evidencia um nicho a ser explorado no campo dos museus.

> O imperativo das mudanças climáticas, no entanto, oferece uma oportunidade crucial para que os museus se tornem mais relevantes socialmente, não apenas como um lugar para ver e ler sobre coisas interessantes [...], mas também para se engajarem de forma significativa no desafio mais vital do nosso tempo (HEBDA, 2007, p.329).

De forma geral, com as funções de preservar, pesquisar e partilhar o patrimônio material e imaterial da humanidade, assim como os conhecimentos produzidos a partir dele, os museus têm em suas coleções uma fonte de informação exclusiva, com perspectiva temporal, que não pode ser obtida por experimentos ou observações em campo no presente e que são de grande importância para a compreensão dos fenômenos envolvidos nas mudanças climáticas (CHERRY, 2009). A exemplo do que propôs Hebda (2007), a partir do acervo musealizado é possível compreender variações em padrões importantes que sinalizam o ritmo das transformações pelas quais a Terra tem passado. Mas sobretudo indagar e promover o pensamento crítico dos cidadãos acerca dessas transformações. O autor apresenta a ideia de um "museu profundo" em que "não apenas refletimos sobre a condição do mundo

ao nosso redor, mas também lançamos luz sobre as questões fundamentais para o nosso futuro" (HEBDA, 2007, p.335).

Identifica-se, assim, um processo de duplo engajamento dos museus com a agenda das mudanças climáticas, o de si próprio e dos seus públicos através de suas ações. Desses dois elementos emergem como centrais nesse processo de duplo engajamento dos museus (de si próprio e do público): o patrimônio cultural e a educação museal. Marambio (2023) defende que os setores educativos são ativos essenciais para dialogar com o público sobre Mudanças Climáticas e criar espaços de reflexão e diálogo, que compatibilize as perspectivas dos museus sobre o tema com as demandas sociais. Por atuar na formação integral dos sujeitos, visando a "emancipação e atuação consciente [deles] na sociedade com o fim de transformá-la" (COSTA et al., 2018, p.73), a educação museal oferece subsídios importantes no trabalho com os temas controversos e multireferenciais como as mudanças climáticas, ao colocar as pessoas no centro do processo para que possam construir, coletivamente, novas respostas (ou perguntas) mediadas pelo patrimônio.

> A Educação Museal coloca em perspectiva a ciência, a memória e o patrimônio cultural enquanto produtos da humanidade, ao mesmo tempo em que contribui para que os sujeitos, em relação, produzam novos conhecimentos e práticas mediados pelos objetos, saberes e fazeres (COSTA et al., 2018, p.74).

O desafio desses setores é justamente promover ações relacionadas ao enfrentamento das mudanças que não tenham como foco apenas as ações internas, como descarbonização (CARRAS, 2023), nem sejam apenas uma comunicação unidirecional focada na transmissão de informações científicas, que tendem a desmobilizar e tirar a esperança no lugar de criar as possibilidades (SUTTON, 2020). É no diálogo com os seus públicos, na capacidade de articular discursos comuns e promover a diversidade cultural no território, além de facilitar a preservação da memória local e a valorização dos saberes tradicionais, que os museus se tornam potenciais agentes de transformação.

Esses são preceitos tanto da Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas, quanto da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), que "estabelece parâmetros a serem observados pelo setor museológico [...] para o desenvolvimento da educação museal" brasileira (BRASIL, 2025). A Carta, por sua vez, é um documento coletivo organizado

pelos comitês brasileiros do Conselho Internacional de Sítios e Monumentos Históricos (ICOMOS-Br) e do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil). Fruto de uma construção conjunta do campo, ela organiza a relação entre as duas áreas e propõe estratégias de ação. Além disso, a Carta foi também um documento político para ser apresentado em função da organização da Conferência das Partes (COP 30) em Belém do Pará no ano de 2025 - conferência oficial de discussão dos acordos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC no original) e do Acordo de Paris.

Nesse contexto, a Coordenação de Educação em Ciências, do Museu de Astronomia e Ciências Afins (COEDU/MAST) convidou, em novembro de 2025, o ICOM Brasil e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) para um debate sobre a dimensão educativa presente na Carta, cujo resultado é apresentado neste texto, buscando realçar conceitos, ideias e proposições, que contribuam para a atuação de pessoas educadoras e de instituições culturais responsáveis pelo patrimônio cultural.

Esse artigo se divide em mais 5 partes. Na próxima seção apresentamos de que forma os museus, a educação e o patrimônio aparecem nos documentos-chave das resoluções vinculadas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC - no original) e ao Acordo de Paris. Ambos são documentos chaves na construção da Carta Brasileira de Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas, que é apresentada na terceira parte. Na quarta, analisamos as formas e contextos em que a educação aparece nesse documento, com especial foco na noção de Educação Museal. Na quinta, é feita uma análise comparativa entre a Carta e a Política Nacional de Educação Museal e, por fim, na última seção fazemos uma articulação entre essas diferentes análises.

MUSEUS, EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO NA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA E NO ACORDO DE PARIS

A publicação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (*United Nations Framework Climate Change Convention* – UNFCCC no original), em 1994 consolidou a posição das Nações Unidas, decorrente da Cúpula da Terra (formalmente chamada de Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) ocorrida em 1992 no Rio de

Janeiro, quanto à necessidade dos países do mundo reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa provenientes de atividades humanas, bem como se prepararem para lidar com os efeitos adversos do aquecimento global (ONU, 1992). Os signatários da convenção, ou partes como são designados, se reúnem anualmente nas chamadas Conferência das Partes, ou COP. Tanto o Protocolo de Quioto, elaborado em 1998, como o Acordo de Paris de 2015, são acordos elaborados no contexto da convenção-quadro. O patrimônio cultural não foi mencionado explicitamente na UNFCCC, seja sob a perspectiva de seu potencial para mitigação ou adaptação, ou em relação ao seu potencial educativo, tampouco no Protocolo de Quioto ou no Acordo de Paris.

Em seu artigo 6, os estados partes assumem o compromisso em atuar em prol da "Educação, treinamento e conscientização pública", em particular para promover e facilitar:

> I) a elaboração e a execução de programas educacionais e de conscientização pública sobre a mudança do clima e seus efeitos;
> II) o acesso público a informações sobre mudança do clima e seus efeitos;
> III) a participação pública no tratamento da mudança do clima e de seus efeitos e na concepção de medidas de resposta adequadas; (BRASIL, 1998)

Nesse sentido, existe a possibilidade dos museus e outras instituições de patrimônio contribuírem com o cumprimento da convenção através de suas áreas educativas.

Desde 2012, vêm sendo discutidas as deficiências nos esforços empreendidos pelas Partes para implementar ações de conscientização pública sobre as mudanças climáticas (McGhie, 2020). O Programa de Trabalho de Doha, fruto da decisão 15/CP.18 da COP 18, reconhece a importância de artigo 6 para as ações de mitigação e adaptação, mas, também, reconhece a insuficiência na disponibilização de recursos financeiros e técnicos para tal fim (UNFCCC, 2012). Este mesmo programa avança no reconhecimento da importância dos museus na implementação do artigo 6 ao explicitar o papel da educação não-formal nesse objetivo. Apenas em 2021, o Programa de Trabalho de Glasgow sobre Ação para o Empoderamento Climático (*Action for Climate Empowerment* - no original) aprovado como decisão 18/CP.26 na COP 26 irá citar pela primeira vez de forma nominal os museus (UNFCCC, 2021). A decisão teve como objetivo aprimorar os

esforços voltados à dimensão pública das mudanças climáticas, atualizando dessa forma o Programa de Trabalho de Doha, que havia expirado em 2020. O documento afirma explicitamente: "o papel fundamental que uma ampla gama de atores, tais como governos nacionais, regionais e locais, instituições educacionais e culturais, museus […] desempenham na garantia da Ação para o Empoderamento Climático" (UNFCCC, 2021, p. 17, tradução nossa).

Em 2023, durante sua 28ª reunião, a Conferência das Partes mencionou pela primeira vez o patrimônio cultural e a importância de sua preservação, tanto de forma material quanto em suas práticas, através da decisão 2/CMA.5 também conhecida como os Objetivos Globais de Adaptação (UNFCCC, 2023). A decisão conclama os Estados Partes de forma urgente a ampliarem o apoio a:

> (g) Proteger o patrimônio cultural dos impactos de riscos relacionados ao clima, por meio do desenvolvimento de estratégias adaptativas para a preservação de práticas e sítios patrimoniais e da concepção de infraestruturas resilientes ao clima, orientadas por conhecimentos tradicionais, saberes dos Povos Indígenas e sistemas de conhecimentos locais (UNFCCC, 2023, p. 23).

A decisão coloca um prazo de dois anos para se desenvolverem indicadores para mensurar o avanço desses objetivos globais em suas 7 metas, incluindo a meta citada acima relacionada ao patrimônio cultural. Seguindo o programa de Dubai-Baku-Belém para construção desses indicadores, a COP 30 em Belém deliberou pelos seguintes indicadores para a meta 9(g) relacionada ao patrimônio cultural:

> (a) Percentual de sítios e elementos do patrimônio cultural e natural em situação de risco que contam com medidas de adaptação implementadas para aumentar a resiliência a perigos relacionados ao clima, sob diferentes cenários de aquecimento, conforme apropriado aos contextos e às regiões, orientadas por conhecimentos e práticas tradicionais, locais ou de Povos Indígenas, com desagregação, quando pertinente, entre elementos culturais tangíveis e intangíveis;
> (b) Proporção do patrimônio cultural protegido contra os impactos climáticos por meio de medidas de digitalização voltadas à preservação e à recuperação, bem como pelo armazenamento de bens patrimoniais móveis em instalações resilientes ao clima;
> (c) Percentual do patrimônio cultural e de seus sítios que dispõem de medidas de adaptação e de planos de preparação para emergências frente a perigos relacionados às mudanças climáticas, sob diferentes cenários de aquecimento, conforme apropriado aos contextos e às regiões;
> (d) Grau de estabelecimento de arranjos institucionais para a oferta de capacitação regular em adaptação às mudanças

> climáticas, que incorpore orientações oriundas de conhecimentos tradicionais, locais e de Povos Indígenas, quando aplicável;
> (e) Percentual das medidas de adaptação climática voltadas ao patrimônio cultural que mantêm engajamento contínuo com Povos Indígenas e/ou comunidades locais. (UNFCCC, 2025, p. 8, tradução nossa)

Dos indicadores acima, os dois últimos podem ser relacionados diretamente com práticas de educação museal e educação patrimonial. A menção, de forma explícita, da interação entre a proteção do patrimônio cultural e os conhecimentos tradicionais com processos de engajamento contínuo e capacitação traz os processos educativos - sejam museais ou patrimoniais - para o foco do indicador.

A CARTA BRASILEIRA DE PATRIMÔNIO CULTURAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Carta Brasileira de Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas (ICOMOS BRASIL; ICOM BRASIL, 2025) é uma construção coletiva, organizada pelo Comitê Brasileiro de Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS-Br) e pelo Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil), com apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Desenvolvida ao longo do primeiro semestre de 2025, a Carta surge a partir do projeto Diálogos sobre Patrimônios e Ações Climáticas, realizado entre 2023 e 2025 pelo ICOMOS-Br e o IPHAN. O projeto realizou diagnósticos participativos nos seis biomas brasileiros, reunindo gestores, pesquisadores e representantes de povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros.

A partir desse diagnóstico, o ICOMOS-Br e o ICOM Brasil produziram uma primeira versão da carta que ficou disponível para consulta e contribuições por mais de dois meses e recebeu 97 contribuições. Uma nova versão revista foi escrita a partir dessas contribuições e discutida em oficina híbrida nos dias 7 e 8 de junho que reuniu mais de 200 pessoas. A versão final, redigida coletivamente ao longo dos dois dias de oficina, recebeu o endosso de 202 instituições, entre museus, pontos de memória, programas de pós-graduação, comunidades indígenas, coletivos, entre outros, e foi lançada no dia 22 de setembro.

A Carta é estruturada a partir de alguns princípios éticos-políticos. Antes de tudo, estabelece a importância do patrimônio, como bem comum e direito coletivo, ser protegido frente às mudanças climáticas. Mas esse patrimônio tem um duplo papel, pois não apenas deve ser protegido, mas também oferece caminhos concretos para produzir soluções de enfrentamento e adaptação frente à crise climática. O patrimônio aliado às ações educativas facilita de forma muito singular a integração entre conhecimento científico e saberes tradicionais. Além disso, permite construir ações efetivas e eficazes de engajamento da população no debate climático. Por isso, a Carta tem como um princípio básico a necessidade de integrar as questões culturais de forma transversal nas políticas climáticas.

A Carta também reconhece os danos desiguais que sofrem as comunidades em situação de vulnerabilidade social, entendendo a justiça climática como um pressuposto básico. As mudanças climáticas afetam todo o modo de vida de populações e comunidades tradicionais, que apesar de contribuírem pouco para o efeito global das mudanças climáticas sofrem de forma desproporcional os seus efeitos. Estudos recentes no Brasil vêm mostrando que essas populações têm bastante consciência desse impacto e a atuação em conjunto com esses povos têm um impacto positivo (Zanirato, 2019; Carvalho et al., 2024). Inclusão, valorização da diversidade e combate ao racismo ambiental e epistêmico são valores enunciados pela Carta.

Dentre as diretrizes da Carta, destacam-se a importância do diálogo entre saberes na produção de diagnósticos locais e soluções de combate às mudanças climáticas; a importância de um financiamento adequado através de fundos específicos para a proteção do patrimônio em situação de vulnerabilidade; e a importância da valorização da educação patrimonial, ambiental e museal, integradas ao sistema de ensino formal. A valorização da educação patrimonial e museal está presente em diferentes momentos da Carta e aproxima de forma explícita, como veremos na próxima sessão, seu conteúdo da Política Nacional de Educação Museal. A Carta apresenta ainda um conjunto de propostas para a política pública e de ações para instituições culturais e coletivos, oferece sugestão de indicadores e termina reafirmando o patrimônio cultural como agente de transformação social.

Em 2025, a organização da COP 30 pelo governo brasileiro em Belém, pela primeira vez no hemisfério Sul, mobilizou organizações da sociedade civil

nacionais. Um dos objetivos da Carta era justamente ser um instrumento de diálogo entre a sociedade civil e o governo brasileiro e contribuir para as discussões que iriam acontecer na COP (Carvalho et al., 2025).

A CARTA E SUA PERSPECTIVA EDUCATIVA

A palavra "educação" é polissêmica e, quando aparece na Carta, não poderia ser diferente. Por isso, estruturou-se um estudo analítico de quais os sentidos e contextos que o termo educação e seus correlatos assumiram ao longo do documento, com o objetivo de evidenciar qual o seu destaque e os seus usos na Carta. Para uma análise da perspectiva de educação presente na Carta, realizou-se uma busca terminológica sistematizada pelas palavras "educação"; "educacionais" e "educativos/as", selecionando-as e contabilizando-as. Ao final, seguiu-se uma leitura livre com o objetivo de identificar termos e expressões que remetessem à educação.

A palavra "educação" aparece 17 vezes no conteúdo da carta, sendo adjetivada por patrimonial e museal [6 vezes], ambiental [5 vezes] e climática [4 vezes], ou diferenciada entre formal e informal [1 vez]. Em outras 10 vezes ela é adotada sozinha, sem adjetivação, e em uma vez se refere ao nome de um setor de órgão público. A palavra "educativas"/"educativos" aparece 03 vezes, enquanto "educacionais" é utilizada 02 vezes, conforme quadro abaixo. Da leitura livre, surgiram termos que se referem, na maioria das vezes, a práticas educativas, como oficina [4 vezes] e capacitação [2 vezes]. Os outros são: ensino [2 vezes], roda de conversa [1 vez], evento [1 vez] e transmitidas oralmente [1 vez].

A partir do tratamento dos dados, foram identificadas cinco categorias temáticas: Papel da Educação (PE), Organização da Educação (OE), Fazer Educação (FE), Demandas da Educação (DE), Educação Não institucionalizada (EN) e Fazer a Carta (FC).

No que tange ao papel desempenhado, a Carta coloca a Educação como elemento imprescindível para o enfrentamento às mudanças climáticas, ao trazê-la como "ferramenta essencial para a conscientização, a emancipação, a mobilização social e a construção de futuros sustentáveis" (PE1, p.3) ou ainda como meio para "mobilizar a população [...] visando a reversão dos impactos negativos das mudanças climáticas" (PE 3, p.15). A mensagem é a de que sem educação não é possível imaginar e criar novos caminhos. De

forma específica, no que se refere à ativação do patrimônio cultural, ela é colocada ao lado da arte, do turismo responsável, da mobilização comunitária e da economia criativa e solidária, todos com capacidade de "fomentar processos de transformação social e valorização dos vínculos entre cultura e natureza" (PE2, p.15).

Por esse motivo, seu fomento e promoção são conclamados ao longo do documento, de forma integrada a outros setores (DE1; DE3; DE5; DE6), considerando as instâncias de educação formal (DE2; DE6) e não-formal (DE2; DE4), conforme quadro 1.

Quadro 1. Trechos codificados com DE, relativos à categoria de Demandas da Educação, encontrados na Carta. Fonte: Autores (2026).

No que tange ao formato, a Carta reconhece tanto a educação institucionalizada, aquela relacionada aos sistemas de ensino ou às instituições culturais, quanto a educação como tradição, aquela que acontece como processo orgânico no âmbito da vivência dos povos indígenas e comunidades tradicionais (EN1 e EN2) (ver quadro 2). Ao mesmo tempo, ela mesma é identificada como prática que pode estar em risco, em consequência das próprias mudanças climáticas que ameaçam a sociobiodiversidade do país (EN2).

Quadro 2. Trechos codificados com EN, relativos à categoria de Educação Não Institucionalizada, encontrados na Carta. Fonte: Autores (2026).

Em relação à educação institucionalizada, a Carta remete a uma organização entre perspectivas/especialidades, modalidades de educação e níveis de ensino, e enfatiza aquelas em que o patrimônio e as mudanças climáticas podem se tornar pontos centrais. Aqui, vamos adotar "perspectivas" ou "especialidades" para nos referirmos às educação patrimonial, educação museal, educação ambiental e educação climática, embora a Carta não tenha usado essa designação. São elas que desempenham aquele papel essencial destacado inicialmente, como "ferramenta essencial para a conscientização, a emancipação, a mobilização social e a construção de futuros sustentáveis". Essas perspectivas/especialidades aparecem outras cinco vezes (quadro 3).

Quadro 3. Trechos codificados com OE, relativos às "perspectivas" ou "especialidades", na categoria de Organização da Educação, encontrados na Carta. Fonte: Autores (2026).

Isso é um reflexo da atuação de diferentes campos na redação da carta, os quais buscaram estar representados de forma explícita no documento, já que isso gera, por um lado, compromissos cujo cumprimento pode ser cobrado de seus atores e, por outro, o acesso a políticas públicas, como fomento, que possam surgir como efeitos da Carta.

As "modalidades", por sua vez, contemplam a Educação Formal e a Educação Não Formal. Embora essas duas expressões apareçam somente no sétimo parágrafo da seção Princípios, o termo "modalidades" surge outras duas vezes trazendo o mesmo sentido, distinguindo-se de "níveis de ensino", que remete à segmentação da educação escolar e acadêmica, conforme quadro 4.

Quadro 4. Trechos codificados com OE, relativos às "modalidades", na categoria de Organização da Educação, encontrados na Carta. Fonte: Autores (2026).

Compreende-se que, no texto da Carta, independente de ser "patrimonial", "museal", "ambiental" ou "climática", esses termos são utilizados como perspectivas ou especialidades que podem transitar entre as modalidades de Educação Formal ou Educação Não-formal. Isso é reforçado em OE2 e OE4. Neste último, a redação também permite a leitura de que essas especialidades da educação são externas e desvinculadas das modalidades de educação, ao propor a sua incorporação.

Por outro lado, a reunião dessas perspectivas num bloco único - "a educação patrimonial, museal, ambiental e climática" - que se repete diferentes [6] vezes sem que haja a respectiva discriminação conceitual, implica algumas discussões. Primeiro, ao mesmo tempo em que se valoriza as diferentes especialidades ao nomeá-las, arrisca-se elevar a educação climática ao patamar das demais e reduzir o significado daquelas já consolidadas como campo. Essa, mais se aproxima, ainda, de uma expressão utilizada para se referir a um processo educativo cujo tema consiste nas mudanças climáticas do que um campo distinto com terminologias, princípios, paradigmas e metodologias próprias.

Segundo, isso pode invisibilizar a responsabilidade específica de cada uma e gerar confusão em termos de organização do campo para que de fato as diretrizes e os compromissos assumidos sejam cumpridos. Ainda no exemplo da DE4, quem seria o agente da incorporação? Como exigir que a Educação

Não Formal respeite a BNCC, se no *continuum* entre as modalidades educacionais faria parte dos seus critérios distintivos a não curricularização (ROGERS, 2004)?

Como documento orientador, além de subsidiar os agentes educadores com princípios fundamentais que posicionam a educação como fator fundamental, a carta também é capaz de sugerir formas de se atuar, seja com tipos de ações como oficinas, rodas de conversa, eventos (FE13) e capacitação (FE12), seja com a indicação de público-prioritário (FE2, FE11 e FE12) ou com características do processo educativo, como em FE3 a FE9, FE11 e FE14 (quadro 5). Nesses pontos fica evidente a valorização do processo de participação, a preocupação com a inclusão e a equidade.

Quadro 5. Trechos codificados com FE, relativos à categoria de Fazer Educação, encontrados na Carta. Fonte: Autores (2026).

Ainda, é interessante notar que a carta traz compromissos relacionados à educação que são direcionados tanto às políticas públicas, quanto à sociedade civil e instituições do patrimônio. Reconhece-se assim que para o Fazer Educação, em qualquer instância, nesse caso no contexto das mudanças climáticas, é necessário o devido investimento de recursos financeiros, para além da mobilização e da ação de pessoas, organizadas ou não, e de instituições. Ao tornar esses compromissos verificáveis, o documento sugere indicadores quantitativos, considerando números de pessoas alcançadas, de ações ou projetos realizados.

Esse é um ponto importante a ser observado. Embora as políticas públicas se apropriem bem mais dos indicadores numéricos, a quantificação da Educação pode levar a uma lógica mercadológica que não dá conta de aspectos subjetivos que são essenciais para que ela de fato desempenhe o papel atribuído pela própria Carta. Por outro lado, deve-se levar em conta a vinculação da Carta com a COP 30, onde houve uma discussão específica sobre indicadores quantitativos para os Objetivos Globais de Adaptação relacionados ao patrimônio cultural e às mudanças climáticas.

Ao analisar a educação museal como produto ou processo, Denise Studart alertou que "em princípio, os números divulgados [...] nem sempre permitem depreender que um trabalho cuidadoso tenha sido realizado. Números nem sempre falam de qualidade" (STUDART, 2002, p.143). Para a autora,

considerando a educação como processo "em que a tônica seja o diálogo, a troca e a construção conjunta do conhecimento" (STUDART, 2002, p.143), o importante é entender como as ações, os projetos, as campanhas e os materiais são feitos e de que forma surtiram efeito.

Por outro lado, como vimos nos trechos já apresentados, especialmente codificados com FE, a Carta se preocupa em demarcar essas qualidades, seja contabilizando ações com acessibilidade (FE8), e não qualquer ação, ou pontuando projetos desenvolvidos especificamente em territórios (FE10) e outros tipos de entregas realizadas com base na participação social (FE14).

Por fim, a categoria "Fazer a Carta" aparece três vezes junto do termo "Oficinas" e evidencia o caráter participativo e formativo do próprio processo de construção do documento (quadro 6).

Quadro 6. Trechos codificados com FC, relativos à categoria de Fazer a Carta, encontrados na Carta. Fonte: Autores (2026).

O processo colaborativo da construção da Carta em si, a partir de diagnósticos participativos e da realização de diferentes etapas participativas, permitiu que os atores envolvidos aprendessem uns com os outros ao longo de sua elaboração. O estabelecimento de metodologias de diálogos horizontais e a troca de saberes aproximam a escrita da Carta de um processo educativo não-formal. Além disso, o próprio texto final é voltado para públicos diferentes. Ao mesmo tempo em que se dirige ao poder público - demandando mudanças na política pública e reivindicando um maior espaço para o patrimônio cultural dentro das políticas climáticas -, também se dirige à sociedade civil, ao estabelecer uma discussão sobre as relações entre mudanças climáticas e patrimônio cultural (CAMPOS; CARVALHO; BEVILAQUA, 2026). Trata-se, portanto, de um instrumento pedagógico para o campo, pois traz subsídios para fomentar o debate interno e apresentar sugestões de iniciativas alinhadas com os princípios políticos da Carta.

CONVERGÊNCIAS: A CARTA E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL

A Política Nacional de Educação Museal (PNEM) é o instrumento que orienta e estrutura a educação museal no Brasil por meio da definição de princípios, diretrizes e compromissos para a atuação de educadores, gestores e instituições. Aprovada pela Resolução Normativa Ibram nº 40, de 03 de

dezembro de 2025, ela é resultado de um longo processo participativo, iniciado em 2010 e tendo o ano de 2017 como marco, quando finalmente a PNEM foi estabelecida pela Portaria IBRAM nº 422. Republicada na Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021 com pequenas mudanças, a PNEM foi objeto de uma nova revisão participativa, com etapas simultâneas à elaboração da Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas, Esse trabalho foi impulsionado pelos resultados da "Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros: um panorama a partir da Política Nacional de Educação Museal" - Pesquisa Educação Museal Brasil (PEMBrasil), desenvolvida por meio de uma articulação institucional entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Entre 2023 e 2025, enquanto aconteciam os "Diálogos sobre Patrimônios e Ações Climáticas", o campo da Educação Museal se apropriava de dados, indicadores e análises que verificavam o impacto e a adesão às proposições da Política e trabalhava, desde o I Encontro Nacional de Educação Museal (EMUSE), em grupos de trabalho e consultas públicas voltadas à consolidação de uma Política "mais aplicável, mais clara e mais integrada às políticas de cultura, de memória e de formação" (IBRAM, 2026). Esse, portanto, é o primeiro ponto de convergência entre os documentos. Ambos são resultados de processos semelhantes em relação ao propósito de construção coletiva e representativa da realidade diversa do país.

De acordo com a PNEM, a educação museal é

> função essencial dos museus e prática interdisciplinar que visa propiciar reflexão e formação integral a públicos visitantes, potenciais e não visitantes pela ativação do conteúdo museal em vivências culturais mediadas, dialógicas e acessíveis. É constituída pelo conjunto de abordagens teóricas, metodologias e instrumentos próprios à pesquisa, ao planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas, em articulação permanente com comunidades, museus, centros culturais, pontos de memória e demais processos museológicos (BRASIL, 2025).

Nesse sentido, não se trata de um campo fechado em si mesmo, mas um espaço de mediação entre diferentes dimensões da experiência humana, que implica o diálogo com muitos campos e sua retroalimentação por muitos deles. Esse caráter transversal é estruturante da prática e o segundo ponto de convergência com a Carta, que é eficiente em abordar a agenda das

mudanças climáticas a partir do atravessamento por causas, responsabilidades e soluções multifatoriais. Essa característica pode ser percebida no Artigo 2º da Carta, sobre Perigos, Exposições e Vulnerabilidades:

> Esses danos se manifestam de maneira desigual entre biomas, territórios e grupos sociais, exigindo abordagens contextualizadas, interseccionais e participativas, que considerem os perigos provenientes das mudanças climáticas bem como as múltiplas vulnerabilidades culturais, políticas, institucionais, étnicas, econômicas e ambientais — incluindo os efeitos do racismo ambiental e da invisibilidade de populações periféricas e tradicionais. (ICOMOS BRASIL; ICOM BRASIL, 2025, p. 4)

Trata-se de um fenômeno demasiadamente complexo para se reduzir a uma simples análise ou problema, sob a perspectiva de uma ou outra disciplina (CAMERON; HODGE; SALAZAR, 2013), ou de um setor da sociedade com uma resposta técnica isolada, a exemplo do que vem preconizando os relatórios do IPCC, em termos globais, e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no Brasil (COELHO et al., 2024). Trata-se de uma questão civilizatória e isso nos leva à necessidade de abordar essas duas questões, educação museal e mudanças climáticas, de forma integral.

A ideia de integralidade nos processos formativos é um fundamento central da educação museal. Pensar em formação integral significa reconhecer que o desenvolvimento humano não acontece em uma única instância. De acordo com a PNEM, a formação integral dos sujeitos passa pelo

> desenvolvimento pleno e harmônico de todos os componentes da vida humana, tais como físicos, técnicos, materiais e econômicos, intelectuais, emocionais, políticos, éticos, artísticos, lúdicos, criativos, culturais, ambientais e sociais. Pressupõe a articulação de vivências e aprendizagens de diferentes naturezas, reconhecendo que o desenvolvimento humano se dá em múltiplos espaços e tempos, para além dos ambientes formais de ensino (BRASIL, 2025).

Ele não se resolve apenas na escola, nem apenas na família, nem apenas no trabalho. Ele acontece na fricção entre múltiplas experiências, linguagens, afetos, memórias e espaços. É nesse sentido que os museus se afirmam como agentes participantes desse processo formativo, e não como espaços acessórios ou complementares.

A memória não é um registro do passado, consiste em processos humanos e sociais complexos, que inclui diferentes tipos de atores em um campo ativo

de tensões políticas (JELIN, 2002). Numa dinâmica perene de disputas e negociações, ajuda a moldar a forma como as cidades se organizam, como os espaços urbanos se transformam, como as pessoas se relacionam entre si e com o território. É exatamente aí que a conexão com as mudanças climáticas se torna incontornável, uma vez que as mudanças climáticas não são um fenômeno externo à vida social: elas são consequência direta da forma como nos relacionamos com o espaço urbano, com a natureza, com o consumo e com o próprio tempo histórico. Trata-se do resultado de maneiras de habitarmos a Terra que tem como princípios estruturantes a geografia subordinada, a exploração das terras e natureza e o altericídio (FERDINAND, 2022). A crise climática é, em grande medida, uma crise de memória, de projeto coletivo e de responsabilidade intergeracional.

Nesse sentido, identifica-se na Carta como um instrumento político uma terceira convergência com a PNEM, já que ela reconhece explicitamente que os impactos climáticos não são distribuídos de forma igualitária e que populações historicamente vulnerabilizadas: povos indígenas, comunidades quilombolas, populações periféricas, sofrem de maneira mais intensa os efeitos dessa crise, em um contexto marcado pelo racismo ambiental (PACHECO, 2008). Esse aspecto é duplamente injusto: são essas populações mais socialmente vulneráveis e suas culturas que contribuem de forma mínima ou mesmo nula na crise que hoje vivemos e serão os mais impactados por ela, inclusive em seus patrimônios, memórias e estilos de vida.

De forma complementar, a PEMBrasil evidencia a insuficiência da abordagem direta das mudanças climáticas nas práticas de educação museal, mas, ao mesmo tempo, aponta que muitos dos elementos centrais dessa agenda já estão presentes de forma indireta. O problema não é apenas temático, é estrutural. Há um apagamento de agentes estratégicos na definição de soluções: exatamente aqueles que detêm saberes territoriais, ancestrais e comunitários, fundamentais para pensar adaptação, mitigação e resiliência. De acordo com a pesquisa, indígenas, quilombolas e/ou comunidades tradicionais e a comunidade LGBTQIAPN+ consistem nos públicos menos mencionados como destinatários das atividades educativas dos museus respondentes (CANEDO; SEVERINO, 2023).

Aqui a Carta oferece uma chave política decisiva: ela reconhece esses saberes, reposiciona esses sujeitos e afirma que não há resposta climática possível sem justiça cultural e participação social. Culmina assim na quarta convergência com a PNEM em sua nova versão, que trata a educação museal como política pública transversal, articulada às agendas de direitos humanos, diversidade, sustentabilidade e democracia cultural. Nesse aspecto, a Carta reconhece o risco, o impacto e a urgência de resposta, ao mesmo tempo em que amplia o horizonte político e ético dessas respostas. A PEMBrasil, por sua vez, aponta as fragilidades do campo da prática da Educação Museal. A PNEM, por fim, institucionaliza caminhos.

A quinta convergência emerge ao considerarmos a Carta como um instrumento orientador para pesquisas e práticas. Ela sugere agendas de investigação, incentiva metodologias participativas, estimula diagnósticos territoriais e convoca a integração entre ciência, educação e saberes tradicionais. Quando a PNEM reconhece a produção de conhecimento pelos setores educativos e recomenda a articulação com universidades e movimentos sociais, ela abre um espaço concreto para que a agenda climática se inscreva nas práticas museais de forma estruturada.

Por fim, é importante reconhecer que estamos lidando com documentos amplos em um país profundamente diverso. A implementação dessas convergências não será homogênea. Ela exigirá escuta, adaptação territorial e sensibilidade institucional. A Carta aponta um caminho. A PNEM oferece o marco político. A PEMBrasil nos dá o diagnóstico. O desafio agora é produzir convergências concretas na implementação, nos âmbitos federal, estadual e municipal, respeitando as realidades locais e os impactos regionais das mudanças climáticas. Mesmo que o termo "mudanças climáticas" ainda não apareça de forma explícita na PNEM, a política cria múltiplos pontos de entrada para essa convergência: sustentabilidade, gestão de riscos, justiça social, territórios, participação comunitária e formação integral. A Carta, nesse sentido, não é externa à PNEM; ela a atravessa, a tensiona e a potencializa.

As convergências entre Carta, PNEM e PEMBrasil indicam, portanto, que o desafio central não reside apenas na formulação de princípios ou diagnósticos, mas na implementação efetiva e territorializada dessas diretrizes, respeitando a diversidade regional, cultural e socioambiental do país. Isso implica fortalecer a institucionalidade da educação museal, garantir

financiamento adequado, investir na formação continuada das equipes e ampliar os espaços de participação social, especialmente daqueles grupos historicamente mais afetados pelas mudanças climáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de cartas patrimoniais a partir de abordagens diversas nos permite apreender valores, sentidos e significados que são atribuídos ao patrimônio e à atuação em torno dele. Isso se torna bastante útil na medida em que se trata de documentos que são reflexos de um tempo e ali estarão compiladas ideias, expectativas e demandas de um ou mais grupos de profissionais, na maioria das vezes técnico-científicos, com base nos desafios e nos conhecimentos de uma época, e nas suas limitações. As cartas, portanto, são resultados políticos, sem condições de desatar nós teórico-práticos, carregando muitas vezes visões contraditórias, mas que sugerem caminhos minimamente unificados para a ação com o patrimônio, sem que sejam "receituários de simples aplicação" (KUHL, 2000, p.287).

O olhar atento a esses documentos se mostra relevante, uma vez que realça esses valores, sentidos e significados e apresenta ao campo uma visão ampliada das possibilidades de ação. A tentativa de compreender a dimensão educativa da Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas desemboca nesse resultado, o de oferecer ao campo da Educação e, em específico, da Educação Museal, uma compreensão aprofundada do papel atribuído à Educação no trabalho com o patrimônio cultural e do enquadramento das nossas práticas no contexto das mudanças climáticas.

A Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas é o resultado de um trabalho complexo que amalgamou não só diversas frentes de trabalho com o patrimônio cultural, mas também de perspectivas educativas, contemplando os diferentes grupos engajados com a pauta. Em princípio, a Carta é um instrumento orientador para pesquisas e práticas sobre mudanças climáticas no campo do patrimônio e dos museus. Ela se destaca por afirmar o patrimônio cultural não apenas como objeto de proteção frente aos impactos das mudanças climáticas, mas como agente ativo de transformação social, capaz de articular saberes, mobilizar comunidades e produzir sentidos compartilhados sobre pertencimento, território e futuro.

Simultaneamente, a Carta pode ser compreendida, de forma articulada e estratégica, como um instrumento pedagógico e um instrumento político em convergência com a PNEM e com os achados da PEMBrasil. Essa tripla natureza amplia o seu alcance e a posiciona como referência estruturante não só em termos gerais para a atuação museal contemporânea, mas também específicos no que tange à educação e à educação museal.

A análise da Carta, em diálogo com a PNEM e com os achados da PEMBrasil, evidencia a consolidação de um novo patamar de articulação entre patrimônio, educação museal e agenda climática no Brasil. Esses três instrumentos, embora distintos em natureza e escopo, operam de forma complementar e convergente, oferecendo diagnósticos, princípios e diretrizes capazes de orientar respostas institucionais e sociais à crise climática a partir do campo cultural.

Assim, quando a Carta se apresenta, ela não pode ser lida apenas como um documento técnico ou normativo. Ela se afirma, antes de tudo, como um instrumento pedagógico, no sentido mais profundo do termo: um documento que educa, que produz sentidos, que reorganiza percepções sobre a relação entre memória, território, modos de vida e futuro. A Carta convoca a uma aprendizagem coletiva, institucional, comunitária e social, sobre os impactos das mudanças climáticas no patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, sobre o papel do patrimônio na construção de respostas possíveis.

Sua dimensão pedagógica, presente tanto no processo participativo de construção quanto no conteúdo final do documento, reforça o entendimento de que enfrentar a crise climática exige processos contínuos de aprendizagem coletiva, escuta e diálogo intercultural. Nesse sentido, a educação museal emerge como eixo estratégico, especialmente a partir do reconhecimento que a PNEM faz dela como política pública transversal. Com isso, há uma ampliação do campo de incidência das práticas educativas, vinculando-as às agendas de direitos humanos, justiça social, sustentabilidade e participação social. Ou seja, ainda que a Política não trate explicitamente das mudanças climáticas, vários de seus princípios estruturantes: formação integral, territorialidade, democracia cultural, sustentabilidade e gestão de riscos, criam condições concretas para que essa agenda seja incorporada de forma consistente e contextualizada nas práticas museais.

No que compete aos dados da PEMBrasil, eles reforçam a urgência dessa incorporação ao revelar vulnerabilidades institucionais, lacunas na abordagem temática e a persistente sub-representação de povos e comunidades tradicionais nos processos educativos museais e na constituição das próprias equipes educativas. Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia o reconhecimento dos museus como mediadores de conflitos socioambientais e como atores comunitários relevantes, apontando um campo fértil para o aprofundamento de práticas educativas voltadas à prevenção, adaptação e justiça climática.

Por fim, em um contexto marcado pela emergência climática e pela realização da COP 30 no Brasil, a Carta se afirma como um instrumento estratégico de diálogo entre sociedade civil e poder público, ao mesmo tempo em que convoca museus, educadores e instituições culturais a assumirem uma posição ética e política diante do presente. Ao articular patrimônio, educação e clima, a Carta, juntamente com a PNEM e a PEMBrasil, apontam para a necessidade de repensar os modos de viver, produzir e cuidar, reafirmando os museus como espaços fundamentais de mediação, formação e construção de futuros possíveis. É nesse diálogo contínuo entre política, educação, memória/patrimônio e clima que os museus podem afirmar seu papel estratégico na construção de futuros possíveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 2.652, de 1º de julho de 1998. Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. *Diário Oficial da União.* 2 jul. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2652.htm. Acesso em: 29 dez. 2025.

BRASIL. *Resolução Normativa Ibram nº 40, de 03 de dezembro de 2025*. Aprova a Política Nacional de Educação Museal – PNEM. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, [2025]. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/outros-instrumentos-normativos/resolucao-normativa-ibram-no-40-de-03-de-dezembro-de-2025. Acesso em: 30 dez. 2025.

CAMPOS, L. C. S.; CARVALHO, A. V.; BEVILAQUA, D. V. *A Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas: processos, reflexões e perspectivas.* 2026. Manuscrito não publicado.

CAMERON, F.; HODGE, B.; SALAZAR, J. F. *Representing climate change in museum space and places*. *WIREsClimateChange*, v. 4, p. 9-21, 2013. Disponível em: https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/wcc.200. Acesso em 30 jan. 2026.

CANEDO, D.P.; SEVERINO, J.R. *Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros* [livro eletrônico]: um panorama a partir da política nacional de educação museal: relatório final. 1. ed. Joinville, SC: Casa Aberta Editora e Livraria: Instituto Brasileiro de Museus, 2023. 95p. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/pesquisa-educacao-museal-brasil-etapa-1-relatorio-final. Acesso em: 29 jan. 2026.

CARRAS, C. Sustainability at the core of strategic planning for museums. *Museum International*, v. 75, n. 1-4, p. 8-19, 2023. DOI: 10.1080/13500775.2023.2343203.

CARVALHO, A. V.; BEVILAQUA, D. Vaz.; CAMPOS, L.; PINHEIRO, M. J.. Um só time. *Central da COP*, 22 ago. 2025. Disponível em: https://centraldacop.oc.eco.br/um-so-time/. Acesso em: 27 dez. 2025.

CARVALHO, A. V.; CAMPOS, L. C. S.; FACHINI, C.; SILVA, J. P. S.; OTONI, J. P. Cultivating resilience: Camburi Quilombo's role in preserving local knowledge amid climate change. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development***,** v. 14, n. 5, p. 777-781, 2024. https://doi.org/10.1108/JCHMSD-04-2024-0079.

COELHO, C.A.W. et al. *Mudança do clima no Brasil:* síntese atualizada e perspectivas para decisões estratégicas. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2024. 106p. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/arquivos/Relatorio_Mudanca_Clima_Brasil_v2025.pdf. Acesso em 30 jan. 2026.

COSTA, A.; CASTRO, F.; CHIOVATTO, M.; SOARES, O. Educação Museal. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Brasília*, DF: IBRAM, 2018. pp.73-77. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/caderno-da-politica-nacional-de-educacao-museal/view. Acesso em 30 jan. 2026.

FERDINAND, M. *Uma ecologia decolonial*: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320p.

ICOMOS BRASIL; ICOM BRASIL. *Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas.* Brasília: ICOMOS Brasil e ICOM Brasil, 2025. Disponível em: https://arca.fiocruz.br/handle/icict/72228. Acesso em: 27 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros: um panorama a partir da política nacional de educação museal:* relatório final / [coordenação Daniele Pereira Canedo, José Roberto Severino]. -- 1. ed., 2023. https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/pesquisa-educacao-museal-brasil-etapa-1-relatorio-final

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Educação Museal Brasileira: reflexões a partir dos resultados da PEMBrasil* / Daniele Pereira Canedo, Mona Nascimento, José Roberto Severino, organizadores. – Salvador : EDUFBA, 2024. 226 p. – (Coleção Cult) https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/politica-nacional-de-educacao-museal-pnem/pembrasil/educacao-museal-brasileira-reflexoes-a-partir-dos-resultados-da-pembrasil/educacao-museal-brasileira-reflexoes-a-partir-dos-resultados-da-pembrasil.pdf

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *United Nations Framework Convention on Climate Change*. 1992. Disponível em https://treaties.un.org/doc/source/recenttexts/unfccc_eng.pdf. Acesso em 29 dez 2025.

JELIN, E. *Los Trabajos de la Memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S. A. 2022. 160 p.

JUNIOR, J. N,; TRAMPE, A; SANTOS, P. A. (Orgs.) *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo:* Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos, 2012. v. 1. 235 p. Disponível em https://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2018/10/publicacion-mesa-redonda-vol-i-pt-es-en.pdf. Acesso em 29 jan 2026.

KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza. *Museu Paulista:* História e Cultura Material, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/ShdGtFbB4jbpfQXMtd8Y4Pf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2026.

LEGGET, J; LABRADOR, A. M. T. P. Museum sustainabilities. *Museum International*, v. 75, n. 1–4, p. vi–xi, 2023. DOI: 10.1080/13500775.2023.2348874.

MARAMBIO, B. S. Discursive strategies of climate change: the case of climate activism in museums. *Museum International*, v. 75, n. 1-4, p. 46-55, 2023. DOI: 10.1080/13500775.2023.2343213.

MCGHIE, H. Evolving climate change policy and museums. *Museum Management and Curatorship,* v. *35, n.* 6, p. 653–662, 2020. https://doi.org/10.1080/09647775.2020.1844589

MUNIZ, T. S. A.; SALADINO, A.. MUSEUS E SUSTENTABILIDADE: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO MUSEAL E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, Goiânia, Brasil, v. 19, n. 1, p. 39–59, 2021. DOI: 10.18224/hab.v19i1.9009

PACHEO, T. Inequality, environmental injustice, and racism in Brazil: beyond the question of colour. *Development in Practice*, n. 18, v.6, p. 713–725, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09614520802386355. Acesso em 30 jan. 2026.

ROGERS, A. Looking again at non-formal and informal education: towards a new paradigm. In: ROGERS, A. *Non-formal education: flexible schooling or participatory education?* Hong Kong: The University of Hong Kong, 2004. Disponível em: <http://www.infed.org/biblio/non_formal_paradigm.htm>. Acesso em: 24 jan. 2026.

SCHEINER, T. C. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

STUDART, D. Educação em museus: produto ou processo? In: BRUNO, M.C.O. *O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro:* documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo/Governo do Estado de São Paulo, 2002. pp.139-147. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/cat-ICOM-volume-1-pags-simples.pdf. Acesso em 27 jan. 2026.

UNFCCC. *Decision 15/CP.18*. Doha work programme on Article 6 of the Convention. Doha, 8 dez. 2012. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2012/cop18/eng/08a02.pdf. Acesso em: 29 dez. 2025.

UNFCCC. *Decision 18/CP.26.* Glasgow work programme on Action for Climate Empowerment. Glasgow, 13 nov. 2021. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cp2021_12a02E.pdf. Acesso em: 29 dez. 2025.

UNFCCC. *Decision 2/CMA.5.* Global goal on adaptation. Belém, 13 dez. 2025. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2023_16a01E.pdf. Acesso em: 29 dez. 2025.

UNFCCC. *Decision -/CMA.7.* Global goal on adaptation. Belém, 22 nov. 2025. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma7_8a_gga_auv.pdf.Acesso em: 29 dez. 2025.

ZANIRATO, S. H; CHAVES, O. R. Alterações ambientais no Pantanal: percepções dos pescadores de Cáceres-MT – Brasil. *Relicário: Revista do Museu de Arte Sacra da Diocese de Uberlândia,* Uberlândia, v. 6, n. 12, p. 127-142, 2019. https://doi.org/10.46731/RELICARIO-v6n12-2019-141.

Josiane Kunzler: Doutora em Museologia e Patrimônio, Educadora Museal, com atuação no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Projeto Museu Nacional Vive, Fundação Araporã e REM-Goiás. É docente do curso de Especialização em Divulgação e Popularização da Ciência.

Diego Vaz Bevilaqua: Doutor em Física, Vice-diretor de Patrimônio Cultural e Divulgação Científica da COC/Fiocruz, Docente do Curso de Especialização em Divulgação e Popularização da Ciência e do Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde. Presidente do ICOM Brasil.

Marielle Costa Gonçalves: Licenciada em Artes Visuais, Técnica em Assuntos Educacionais e Coordenadora de Educação e Fomação Museal do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Bruno Fiedler de Oliveira: Mestre em História da Ciência, graduado em Engenharia Ambiental e graduando em Museologia. Atua como pesquisador bolsista do Programa de Capacitação Institucional do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), na Coordenação de Educação em Ciências (COEDU).

Texto recebido em: 30/01/2026

Texto aprovado em: 18/05/2026